

Peça Prática 02966

Antes de enviar à Casa Civil da Presidência da República a minuta de decreto que será referendado por determinado ministro de Estado, o gabinete do ministro encaminhou-a à consultoria jurídica do Ministério, para análise e manifestação. O referido decreto versa sobre a reestruturação do Ministério, contemplando a extinção de algumas de suas secretarias e de diversos cargos em comissão ocupados, bem como a especificação de percentual ínfimo de funções de confiança ■ destinadas às atribuições de direção e assessoramento ■ a serem exercidas por não ocupantes de cargo efetivo no Ministério.

Na minuta da exposição de motivos ministerial, constam, entre os fundamentos para a edição do decreto, a necessidade de ajuste fiscal, dado o contexto econômico, e, como finalidade, o alcance de uma administração pública mais eficiente.

Na qualidade de advogado da União, elabore um parecer sobre a referida minuta, devidamente fundamentado na legislação de regência e nos elementos doutrinários aplicáveis. Em seu parecer, aborde:

1) a competência das consultorias jurídicas, enquanto advocacia de Estado, no controle interno da legalidade administrativa;

2) o decreto como regulamento administrativo e o princípio da legalidade;

3) o regulamento administrativo como espécie de ato administrativo abstrato ou concreto;

4) a constitucionalidade e a legalidade da minuta, considerando os elementos do ato administrativo.

Dispense o relatório e apresente a conclusão.